



3.3.14 • As incertezas da Europa • Instituições e realidades sociais

Paradoxos e contradições de uma identidade multicultural europeia

José Subtil

ENTENDAMO-NOS, para a economia deste pequeno texto, que consideramos como cultura a consciência com que produzimos as visões sobre o mundo e as representações sobre nós e os outros. Uma consciência que cada um interiorizou à custa de tudo quanto lhe permite pensar e formar uma opinião com base no conhecimento, nas tradições, nas convicções e nos desejos que sabemos acumular e preservar através da educação, da experiência, das relações estabelecidas e da avaliação que fomos sendo capazes de fazer sobre todos e tudo. A memória, a vontade e o desejo, jogam um papel fundamental na cultura que, aqui, é vista, sobretudo, como um património imaterial, naturalmente com algumas expressões materiais e simbólicas¹.

Com esta pré-compreensão, coloquemos, então, as seguintes questões: Existirá, como passado, uma cultura europeia? Ou culturas europeias? Podemos identificar elementos de coesão e aglutinação de uma visão do mundo europeia, mesmo que ampla e alargada, que sirva os interesses da unidade política e económica contemporânea?

Nos anos que se seguiram às duas grandes guerras e ao início da «construção» europeia, a resposta a estas questões tem levado, em contraponto ao conceito de homogeneidade cultural europeia, à ideia de que a Europa é justamente identificável pela diversidade multicultural, tendo por fundamento um conjunto de valores comungáveis por todos. Este caminho, percorrido por algumas narrativas teóricas e pelas instituições europeias, através de vários programas e iniciativas legislativas, tem vindo a encontrar na educação o instrumento privilegiado para inculcar o multiculturalismo, o pluralismo cultural e o diálogo de culturas como substância identitária de um projecto cultural que seja o cimento da pertença dos europeus. E que terá, além do mais, uma herança comum, partilhada por séculos de convívio, formada por certos valores espirituais, religiosos e culturais (como, por exemplo, a raiz cristã, a invenção da democracia, o património filosófico greco-romano, uma «alma» europeia *sui generis* e a defesa dos direitos humanos).

Se os Tratados de Roma (1957) não tinham nenhuma referência aos assuntos culturais, as cimeiras entre chefes de Estado e de governo começaram a sublinhar a sua importância até que o Tratado de Maastrich (1992) fundamentou, juridicamente, uma base cultural comum como estruturante do programa de integração europeia. Desde então, têm sido inúmeras as iniciativas e os programas da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu para promoverem a cooperação, o conhecimento de bens culturais e a diversidade cultural como, por exemplo, o Raphael, Ariane,

Kaleidoscope, a capital de cultura Europeia (1985), o Cultura (2007-2013), o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008), o programa Próspero (2008), a Política Europeia de Vizinhança (2003), os programas vocacionados para a educação como Tempus, Erasmus, Socrates, Leonardo da Vinci, Juventude, Bolonha, Comenius, Grundtvig, Monnet, o fomento das indústrias culturais e dos media, as montagens de redes de informação como Europe Direct, Centros de Documentação Europeia, o Team Europe, a rede Eures, Rede Europeia de Centros de Mobilidade, Rede de Regiões Inovadoras na Europa, o portal Europeana².

“ [...] quanto mais as democracias se fragilizam, mais os modelos culturais tenderão a recriar ilusões e medos, reformulando a defesa e a concretização dos direitos humanos contra centros de interesse inidentificáveis com os valores e princípios da harmonia social.

”

A mais recente orientação (2007) sobre uma política cultural para o processo de construção europeia, encontra-se no Preâmbulo da Declaração de Berlim, onde se diz que³: “A Europa foi, durante séculos, uma ideia, uma esperança de paz e de entendimento. A esperança tornou-se realidade. A unificação europeia trouxe-nos paz e bem-estar. Criou um sentimento de comunhão e venceu divergências [...] Se a divisão contra natura da Europa está hoje definitivamente superada é graças ao amor que os povos da Europa Central e Oriental nutrem pela liberdade. A integração europeia é a prova de que tirámos ensinamentos de um passado de conflitos sangrentos e de uma História marcada pelo sofrimento”. Sem dúvida, uma fórmula que unge e consagra a cultura como uma *auctoritate* para a integração política da Europa.

Mas os labirintos das contradições desta *praxis*, agora também profusamente teorizada, estão bem presentes na evolução do pensamento de Eduardo Lourenço, um dos mais prestigiados filósofos e ensaístas portugueses contemporâneos⁴.

As seis proposições que se seguem, embora sensíveis à hermenêutica sobre a identidade europeia, procuram indagar, de um ponto de vista histórico,

as proporções das fragrâncias desta determinação por um destino comum europeu impellido pela supressão ou matização dos inquestionáveis obstáculos e dificuldades que evidenciam as actuais realidades políticas e sociais.

Entre o paradoxo demográfico e a alteridade dos valores

A primeira, diz respeito ao paradoxo demográfico, ao pensar-se que é «verdade» que uma Europa envelhecida, que precisa de recrutar novos membros nos países fora da União Europeia, não possa comprometer a sua eventual originalidade cultural com a dinâmica do desenvolvimento. Desde 1980 que o número de migrantes subiu 75% e a Europa precisa de cerca de 3 milhões por ano para compensar a perda da taxa de reposição demográfica.

O recurso a uma educação à «europeia» destes estrangeiros tem mostrado, contudo, enormes fragilidades porque os «outros» criam espaços de distinção profunda, como qualquer visitante das grandes cidades europeias pode constatar nos bairros periféricos. Considerar que uma identidade do «nós», como europeus, não engendra a exclusão do «outro», como não europeu, como é o caso dos mais exóticos ou extravagantes (árabes, africanos, chineses ou indianos, por exemplo), é ignorar os significativos confrontos que têm emergido dentro das fronteiras europeias e que espelham o “choque das civilizações”, com expressões na xenofobia, racismo e chauvinismo, como referiu, há poucos anos, Samuel Huntington (1993). Aliás, em lugar do diálogo, a mesma diversidade europeia, dentro das suas fronteiras, tem dado origem ao confronto e à guerra violenta com implicações na própria configuração política do continente.

A segunda, à limitação da mediação da alteridade entre a identidade de valores e princípios comuns (Cimeira de Copenhaga, 1973) e o patriotismo como distinção através, sobretudo, do diálogo e do respeito. Porque nem o diálogo se tem mostrado sereno, nem o respeito relacional e, por outro lado, a educação para a tolerância não pode ser um apanágio exclusivo dos europeus, deve-se aplicar ao mundo inteiro como dever universal. Caso contrário, esta intenção padronizará um culto europeu, predicado a um centro aglutinador, logicamente de natureza imperialista, o que será sempre contrário ao pluralismo. A terceira, o paradoxo de que é possível o encontro de vontades entre um supranacionalismo e os nacionalismos, o que é contrariado pela própria memória europeia, consciente e/ou inconsciente, como atestam os sonhos imperiais, mais ou menos efémeros (por exemplo, Carlos Magno, Filipe II, Luís XIV, Napoleão

PERCEÇÕES DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA

Eduardo Lourenço, no doutoramento *Honoris Causa*, na Universidade de Bolonha (ver *Jornal de Letras*, 16 de Janeiro de 2008) afirmava, a propósito da Europa, o seguinte: “Como já não estamos como actores da História, enquanto políticos, no centro do mundo, imaginamos que como cultura fomos retirados da mesma História. Mas somos nós que nos retiramos, fantasmando em excesso a sedução alheia e enegrecendo inconsideravelmente o nosso próprio rosto. Não nos espantemos que seja agora de fora que a imagem finita de nós mesmos nos seja apresentada”.

Esta embaraçosa imagem dos europeus, que resulta de um processo de desconstrução traumática, parece que não insiste nas causas que sempre diferenciaram os Estados, que não fala da perda da unidade do cristianismo, das glosas que, pelo desterro a que nos conduziram os povos bárbaros, continuamente elaboramos sobre a cultura greco-romana, que não evoca os que quiserem unificar a Europa pela força e lhe expurgaram a esperança da liberdade, ou dos que, agora, pela educação quererão resgatar uma unidade imaginada da Europa.

Mas é de tudo isto que está implícita a advertência. Se não forem os outros a dizer-nos que já não somos o *supremo et absoluto regis* império, não seremos nós a querer reconhecê-lo, preferindo antes jurar por falsa a nossa «verdadeira» história. Uma Europa assim, insuperada, não encontrará resposta para os seus males, as suas relutâncias e muitas desconfianças. Por acreditar ser, ainda, dominante e superior, atribui a si própria o desígnio para impedir a exclusão cultural, defender os direitos humanos, a tolerância religiosa e o diálogo quando, ao longo de séculos, se patenteou como espaço de tensão e conflito que transportou, depois, para os impérios a grande distância. Uma cultural própria para a Europa não poderá, simplesmente, resultar de uma limpeza de sangue como prova artificial de uma pureza cultural que nunca existiu.

e Hitler), ou mais duradoiros, como o Império Romano que, por ter encontrado sociedades pouco modeladas, manteve uma supremacia cultural por mais tempo. Também a comparação entre o caso americano (*blood ties*) e o europeu não resiste à ilustração da longa tradição da evolução dos grupos sociais europeus, nomeadamente das elites, assente no *etbos* e no *patbos*, tanto nos regimes monárquicos como nos modernos estados europeus, como demonstram os estudos de sociologia histórica.

E nem Vestefália (1648) que terá pretendido, pela crença na diplomacia, evitar novas e violentas guerras, evitou que, pouco tempo depois, deflagramsem, com violência e crueldade, a guerra dos Nove Anos (1688-1697), a guerra da Hungria (1683-1699), a guerra de sucessão de Espanha (1701-1714) e a grande guerra do Norte (1700-1721) para não referir as que se seguirão como a Guerra dos sete Anos (1756-1763), Guerra da Sucessão de Áustria (1741-1748), a Guerra de Sucessão da Polónia (1733-1735).

Multilinguismo, Democracia e Globalização

A quarta, provavelmente a mais incompatível com a criação e manutenção de um sistema cultural europeu, multicultural e identitário, reside no paradoxo de que o multilinguismo será uma «magna carta» que a todos satisfará e poderão usar⁵. Sem uma comunicação versátil, o projeto cultural europeu colapsará, a menos que muitos renunciem às suas línguas, o que significará abdicar do que de mais simbólico constitui a identidade dos povos. Com 23 línguas oficiais, cerca de 80 línguas autóctones e perto de 500 milhões de cidadãos, a diversidade linguística tende a fixar-se em torno de três línguas fortes, o inglês, o alemão e o francês, faladas, respetivamente, por 47%, 36% e 27% da população da União Europeia, embora correspondam a 16%, 24% e 16% da população. Um caso de subalternidade, o da língua portuguesa, representa cerca de 3%.

Evidentemente que o discurso político vai no sentido de incentivar os cidadãos a serem multilingues e a falarem, fluentemente, pelo menos duas línguas, para além da materna. Se é inimaginável que cada europeu possa conhecer as restantes línguas, é também possível admitir que os que usam as línguas maioritárias se possam consagrar, sem fastio e protesto, a aprender outras, ou seja, as línguas minoritárias tenderão a conviver com as dominantes num contexto de exílio, configurando a dominação linguística uma violenta dominação cultural e simbólica.

A quinta, reporta à contradição entre a liberdade e a democracia, entre o desejo cívico e a realidade da vida, como consequência da degradação do conforto e da segurança em que a Europa está mergulhada desde o ano crítico de 2008. Se as respostas que as democracias europeias conseguiram dar aos problemas sociais e políticos do pós-guerra as legitimaram, de facto, como sedes da decisão política, presentemente, a linha divisória entre o Estado e a sociedade, que se movia como pêndulo para acertar a regulação, está marcada pelo domínio de poderes fragmentários e descartáveis que desbarataram a concertação do contrato social e estão a obrigar a nivelar, por baixo, o bem-estar das populações.

Desta forma, o desajustamento acentuado está a potenciar o sentimento da desconfiança, o desassossego, o egoísmo e o oportunismo, com efeitos devastadores na cultura da tolerância e do respeito. Nestas circunstâncias, quanto mais as democracias se fragilizam, mais os modelos culturais tenderão a recriar ilusões e medos, reformulando a defesa e a concretização dos direitos humanos contra centros de interesse inidentificáveis com os valores e princípios da harmonia social. A liberdade e a segurança das sociedades europeias, que tinham proporcionado as condições de reflexão sobre o multiculturalismo, o convívio entre crenças e valores distintos, estão, definitivamente, a eclipsar-se.

Dito por outras palavras, o projecto europeu

da construção de uma cultura identitária da diversidade, mesmo com as suas contradições e paradoxos, está, hoje, irremediavelmente dependente da qualidade dos regimes democráticos. Com as taxas de desemprego a subirem, os salários a baixarem, o destino dos jovens bloqueado e os reformados a redimensionarem as suas perspectivas de vida, é insustentável que se mantenha a intensidade da solidariedade para com os que não são europeus. A desintegração desordenada da exclusão social, dentro das fronteiras da Europa, por estar a ameaçar a coesão, está a corroer os fundamentos do projecto cultural.

Uma última proposição sobre a globalização e a pós-modernidade. Os novos dispositivos de comunicação e informação, sobretudo a nova geração de telemóveis, *tablets*, plataformas como o Facebook e o Twitter, estão, desde os últimos três a quatro anos, a produzirem nichos de agrupamentos sociais, formas de cultura e de comportamentos individuais marcados pelo efémero, a aventura e o inusitado, estimulando, por esta via, um indeterminado e quase ilimitado campo de criatividade e inovação que nem as teorias mais ousadas da pós-modernidade previram. Também este tempo etéreo está a contaminar a frustração dos europeus, a proporcionar-lhes outras preferências, a concentrá-las noutras fronteiras que não favorecem a função da cultura para a coesão política da Europa. ■

Notas

¹ Num alinhamento com as perspectivas de T. S. Eliot, *Notas para a Definição de Cultura*, Lisboa, Século XXI, 1996.

² Ver, para o conjunto dos temas mais relevantes sobre o processo político da identidade cultural europeia, Joana Maria Santos Matias, *Identidade Cultural Europeia, Idealismo, projecto ou realidade?*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, consultada.

³ *Declaração por ocasião do 50.º aniversário da assinatura dos Tratados de Roma*, assinada em Berlim, a 25 de Março de 2007, por José Manuel Durão Barroso, Angela Merkel e Hans-Gert Pottering.

⁴ Ver Miguel-Pedro Quadrio, “Cultura portuguesa/culturas da Europa: aporias e interrogações de Eduardo Lourenço”, *Comunicação & Cultura*, n.º 6, 2008, pp. 177-202.

⁵ Luísa Leal de Faria, “Unidade e diversidade: a cultura europeia e as línguas da Comunidade”, *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, pp. 985-994.

Referências

- MATIAS, Joana Maria Santos — *Identidade Cultural Europeia, Idealismo, projecto ou realidade?*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, consultada.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) — *Identidade Europeia e Multiculturalismo*. Coimbra: Quarteto, 2002.
- KASTORYANO, Riva — *Quelle Identité pour l'Europe?*. Paris: FNSP, 1998.
- LOURENÇO, Eduardo — *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Lisboa: INCM, 1994.
- QUADRIO, Miguel-Pedro — “Cultura portuguesa/culturas da Europa: aporias e interrogações de Eduardo Lourenço”. In *Comunicação & Cultura*, n.º 6, 2008, pp. 177-202.
- AAVV — “Ideias de Europa: Rumos e Dinâmicas”. In *Cultura*, II Série, vol. XIX, 2004.